



A SOLIDARIEDADE É A CURA

Reimaginar uma Europa pós-pandemia



GUE/NGL
www.guengl.eu



A SOLIDARIEDADE É A CURA

Reimaginar uma Europa pós-pandemia



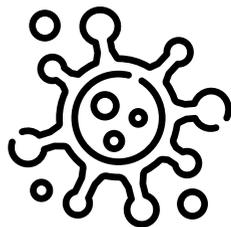
EUROPEAN PARLIAMENTARY GROUP
European Parliament,
B-1047 Brussels, Belgium
+32 (0)2 283 23 01

guengl-communications@europarl.europa.eu
www.guengl.eu

Icons made by Eucalyp from www.flaticon.com

Maio 2020

INTRODUÇÃO



Quando a pandemia do Covid-19 nos atingiu era necessária uma acção firme e decisiva por parte da União Europeia. Contudo, as medidas chegaram tarde, revelaram-se insuficientes para lidar com a magnitude e a gravidade desta crise e faltou a solidariedade.

As consequências das políticas neo-liberais da UE e a ausência de coordenação e solidariedade entre os Estados-Membros ficaram assim expostas, uma vez que as medidas necessárias para apoiar os Estados-Membros em situação de sérias dificuldades – bem como as medidas necessárias para impulsionar o relançamento social e económico – não foram tomadas a tempo nem a uma escala adequada.

Muitos trabalhadores têm estado na linha da frente desta batalha contra o coronavírus: profissionais de saúde nos hospitais e nas farmácias, prestadores de cuidados, equipas de limpeza, todos quantos trabalham em lojas e muitos outros que têm passado por uma situação difícil e que muitas vezes têm colocado as suas próprias vidas em risco. Juntamente com estes trabalhadores, os cidadãos mais vulneráveis e a sociedade no seu todo exigiram que se desse resposta à gravidade da crise e que se reparasse o efeito do ataque aos serviços públicos por parte dos ideólogos do mercado livre, que tem sido feito durante décadas.

É essencial um corte claro com estas políticas baseadas na austeridade, na privatização e na liberalização que tão devastadoras têm sido para os sistemas de saúde e que tanto têm prejudicado os trabalhadores.

A UE tem de agir em quatro áreas essenciais: reforçar a saúde pública; criar postos de trabalho e reforçar a proteção social; lutar contra a crise económica e social, garantindo uma retoma ecológica e socialmente justa; e reforçar os direitos fundamentais. Quando esta pandemia acabar, o mundo será diferente. Não poderemos simplesmente voltar atrás e não deveremos regressar ao antigo sistema, que foi o que nos colocou nesta situação. Poderemos aprender as lições e tomar decisões distintas para o futuro. Apesar da actual situação de pandemia estar a ser difícil e angustiante, muitas foram as comunidades que se conseguiram unir e muitos foram os que abriram os olhos, tornando-se conscientes do trabalho crucial realizado por tantos trabalhadores que anteriormente eram to desvalorizados. A solidariedade que testemunhamos em comunidades locais terá de ter tradução numa mudança a larga escala. Isto significa que temos de lutar para uma recuperação que tenha no seu cerne a igualdade, os direitos, a justiça social e a sustentabilidade. Estes últimos meses têm-nos mostrado que cada um de nós só estará a salvo se todos estivermos a salvo. Temos que agarrar esta oportunidade e reforçar os nossos serviços nacionais de saúde, garantir uma rede de segurança para todos e certificarmo-nos que o investimento público esteja em conformidade com a transição social e ecológica que precisamos.

Uma resposta de cooperação na luta contra a crise do Covid-19, tendo em conta a sua dimensão global, é uma oportunidade para repensar e planejar um futuro melhor para todos, construindo sociedades igualitárias de progresso e direitos sociais, com justiça climática e democracia.

Manon Aubry e Martin Schirdewan,
Co-Presidentes do grupo GUE/NGL
no Parlamento Europeu

A SAÚDE ANTES DO LUCRO



Proteger Vidas, custe o que custar! Precisamos de fazer o que for necessário para defender a saúde pública e as medidas de solidariedade!

É necessário fazer tudo quanto for necessário para salvaguardar a saúde pública e as redes de solidariedade criadas.

A UE, ao longo das últimas décadas, e em estreita colaboração com as instituições financeiras internacionais, impôs uma série de reformas neo-liberais que reduziram drasticamente a despesa pública e originaram efeitos desastrosos nos sistemas nacionais de saúde. É necessário reverter estas políticas e a austeridade a si associadas, através de um forte investimento público e um reforço dos sistemas de saúde e de segurança social. A cooperação e coordenação a nível europeu são vitais para dar respostas às ameaças transfronteiriças de saúde pública, como o é o Covid-19. Para tal é necessário:

- Uma Planificação de saúde europeia, que organize a requisição por parte dos Estados-Membros de toda a capacidade de tratamento; coordenar o fornecimento de equipamento médico e de medicamentos e organizar a transferência além-fronteiras de pacientes em caso de sobrecarga de capacidade.
- Preservar os sistemas de saúde públicos e aumentar de forma substancial o seu financiamento, de forma a garantir o acesso universal a hospitais de boa qualidade, a instalações de prestação de cuidados a idosos, a serviços de saúde locais e a medicamentos. Os direitos das pessoas portadoras de deficiências têm de ser defendidos.
- Que os Estados-Membros procedam à nacionalização ou requisição de locais de produção sempre que necessário, de forma a garantir todos os dispositivos médicos necessários; a Comissão Europeia deverá fazer pleno uso de todas as possibilidades no âmbito do Mecanismo de Protecção Civil da União, garantindo um fornecimento adequado no futuro.
- Uma abordagem pós-confinamento que deverá ser coordenada de modo a evitar um ressurgimento do vírus. A UE e os Estados-Membros deverão, em conjunto, desenvolver critérios para levantar a quarentena e outras medidas de emergência, baseando-se na preservação de vidas humanas e estipulando diretrizes claras sobre o momento em que um município, uma região ou um estado deverão suspender as medidas.

**MEDIDAS
CHAVE:**

- Que a Comissão e os Estados-Membros garantam recursos suficientes para o Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças, para a Agência Europeia de Medicamentos e para a Agência Europeia para a Segurança Alimentar, tanto agora como no futuro..
- Que a Comissão garanta que os resultados das investigações estejam fora do âmbito dos direitos de propriedade intelectual, sempre que verbas públicas da UE forem aplicadas nessas investigações. Assim, a Comissão deverá tomar todas as iniciativas relevantes por forma a garantir e viabilizar tanto a acessibilidade como a disponibilização de todas as vacinas seguras e gratuitas contra o coronavírus, bem como outros tratamentos para o Covid-19, recorrendo aos instrumentos necessários, incluindo o licenciamento obrigatório, agrupamentos de patentes e regimes obrigatórios de investigação de acesso livre.
- Apoiar o controlo estatal de todos os setores essenciais, incluindo a nacionalização de instalações de cuidados de saúde e outros sectores vitais para o esforço da resposta à crise. É também necessário prever a realocação da produção para setores estratégicos de áreas que sejam demasiado importantes para ficarem à mercê do mercado, especialmente equipamento de protecção pessoal, testes, medicamentos e dispositivos médicos. Para tal é importante criar empresas farmacêuticas que sejam propriedade estatal.
- Que os Estados-Membros tomem medidas adicionais de protecção face ao aumento maciço das violências contra as mulheres e crianças. Linhas de atendimento urgente e serviços para todas as vítimas de violência doméstica são “serviços essenciais” e deverão continuar em funcionamento.
- Que os Estados-Membros garantam o acesso seguro e atempado a cuidados de saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR), bem como cuidados de saúde necessários para todas as mulheres e raparigas durante a pandemia do Covid-19. Isto significa acesso a contraceção, incluindo contraceção de emergência, e cuidados relativos ao aborto seguro, incluindo acesso ao uso doméstico, sob supervisão médica, de medicamentos para a realização de aborto seguro.
- Reforçar os sistemas de saúde pública, tanto na sua dimensão curativa como preventiva, de forma a estarem mais preparados e disporem de mais financiamento para enfrentar a próxima epidemia. A saúde pública tem de estar nas mãos do sector público.

DEFENDER OS DIREITOS DOS TRABALHADORES E A JUSTIÇA SOCIAL



Esta crise veio realçar a importância de trabalhadores que, de um modo geral, são mal remunerados, vulneráveis e ignorados. Temos de lhes prestar homenagem, não apenas com aplausos diários, mas também com respeito, com condições de trabalho dignas e com direitos e melhores salários. Muitos trabalhadores têm-se revelado essenciais para as nossas sociedades e muitos têm sido duramente atingidos pelas medidas de confinamento. A maioria dos trabalhadores na linha da frente são mulheres, correndo um maior risco de serem forçadas a suportar o pior da carga do Coronavírus. Os nossos heróis merecem um aumento de salário.

Medidas de proteção, emprego e direitos sociais deverão ser salvaguardados e promovidos para todos. De forma a garantir as melhores e mais elevadas normas, a nossa ação deverá orientar-se pelos seguintes elementos:

- Os Estados-Membros deverão proteger os postos de trabalho e os rendimentos através de medidas de financiamento, como: subvenções salariais ou trabalho a tempo reduzido com pagamento por inteiro; prolongamento de baixa remunerada e redução de horários de trabalho para os trabalhadores que tenham crianças a seu cargo ou membros da sua família dependentes de si, mantendo sempre o pagamento por inteiro. Para os pais trabalhadores, em especial mães ou pais solteiros sem acesso a cuidados para as crianças, é necessário viabilizar licenças parentais complementares, incondicionais e remuneradas.
- Ninguém deverá ser obrigado a trabalhar sem proteção ou caso corra riscos significativos. As actividades não-essenciais deverão ser suspensas e os trabalhadores deverão ser aconselhados a ficar em casa. Deverá criar-se a opção e os meios para a realização de teletrabalho, protegendo assim a sua saúde dentro de um quadro regulamentar. O direito a “desconectar” deverá ser respeitado.
- Todos os trabalhadores deverão ser protegidos contra os despedimentos. A ajuda financeira a empresas privadas deverá estar sujeita à condição de despedimentos zero e à proteção dos níveis actuais das condições de trabalho. Quaisquer tentativas

MEDIDAS CHAVE:

por parte de alguns Estados-Membros ou de algumas empresas para tirarem proveito da situação atual ou para atacarem os direitos dos trabalhadores deverão ser vigorosamente rejeitadas.

- A UE deverá aderir à Carta Social Europeia e dar os passos imediatos para garantir os direitos nela consagrados. Todos os Estados-Membros deverão ratificar a Carta revista, garantindo igualmente que os Estados-Membros possam ir mais além se assim o desejarem. O Pilar Europeu dos direitos sociais deverá ser revisto e melhorado por forma a combater a pobreza e a exclusão social.
- Os Estados-Membros deverão investir nos serviços públicos, em especial nos cuidados de saúde, educação, prestação de cuidados a crianças, idosos e sem-abrigo, através também do alojamento. Desta forma poderemos mitigar a crise social e melhorar as condições de vida dos grupos sociais desfavorecidos, incluindo aqueles que se encontram em risco de pobreza ou exclusão social.
- Os Estados-Membros deverão debruçar-se sobre a perda de rendimentos, de protecção social e de direitos às prestações de reforma que as mulheres sofrem devido a uma sobrecarga dos cuidados a prestar.
- O alojamento deverá ser garantido durante a crise e para além da mesma. Os Estados-Membros deverão proibir os despejos e permitir que todos os devedores desempregados ou com baixos e médios rendimentos possam suspender os pagamentos dos empréstimos à habitação e das rendas durante o período que durar esta crise. É necessário promover a habitação social e, após a crise do Covid-19, estabelecer um limite máximo do valor das rendas para os mais desfavorecidos.
- Os subsídios de desemprego deverão ser pagos sem condicionalidades a todos aqueles que perderam os seus postos de trabalho, até ser alcançada a plena retoma económica.
- É necessário um Sistema Europeu de Subsídio de Desemprego baseado no princípio da solidariedade e necessidades e não na condicionalidade de empréstimos, sem interferência e nivelamento por baixo dos regimes nacionais de protecção no desemprego.
- Consultar sindicatos, convenções coletivas e acordos tripartidos é a melhor forma de proteger os direitos dos trabalhadores, os salários e os postos de trabalho. Para além disso, tal poderá aligeirar o impacto da crise e, assim, evitar uma recessão prolongada.
- A negociação coletiva é a melhor ferramenta para garantir melhores condições de trabalho e maior protecção para todos os trabalhadores e em todos os tipos de relações laborais. Há que reforçar tais sistemas, especialmente para trabalhadores

que se encontrem em situações de trabalho atípicas ou precárias, de falsos recibos verdes, como por exemplo os trabalhadores de plataformas, especialmente nos casos em que os sistemas tenham sido prejudicados pelas políticas da troika.

- Será essencial criar um programa público para garantir que não se percam postos de trabalho no setor do turismo, bem como para construir uma conectividade sustentável na Europa, assim que a situação sanitária o permita. O investimento deverá estar associado a condições rigorosas de normas ambientais e sociais, tomando as diligências necessárias tanto pelos direitos humanos ao longo das cadeias de abastecimento como pela transparência fiscal.
- Os setores de eventos desportivos, culturais, criativos e de meios de comunicação social necessitam de apoio financeiro, inclusive por meio da Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus. Os profissionais da área desportiva, de eventos culturais e outras pessoas auto-empregadas, como jornalistas independentes, deverão ter acesso a apoios e medidas de compensação.
- Os Estados-Membros deverão garantir o direito à educação, incluindo serviços de cuidados a crianças: garantindo o acesso digital e a disponibilização de computadores para bibliotecas e para a telescola; permitindo o uso de licenças de software escolar fora das escolas; e garantindo avaliações de forma não-discriminatória para os alunos.

O INVESTIMENTO DEVERÁ ESTAR ASSOCIADO A CONDIÇÕES RIGOROSAS DE NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS.



UMA RESPOSTA ECONÓMICA ADEQUADA ÀS PESSOAS E AO PLANETA

Lidar de forma eficaz com a pandemia significa aprender com as lições das anteriores medidas de austeridade - que falharam e foram destrutivas. Precisamos de uma resposta Europeia robusta mas as medidas até aqui anunciadas têm-se revelado inadequadas. As pessoas não devem pagar o preço da crise. É preciso seguir um caminho diferente, promovendo a solidariedade e minimizando o risco a que cidadãos e países estão expostos. A recuperação económica e social deverá ter por base a ecologia e estar em conformidade com os compromissos assumidos no Acordo de Paris.

MEDIDAS CHAVE:

- O Pacto de Estabilidade e Crescimento deverá ser suspenso até poder ser revogado, o Semestre Europeu e os procedimentos por Desequilíbrios Macroeconómicos deverão ser suspensos a longo prazo, de modo a dar aos Estados-Membros capacidade para financiar serviços públicos e programas de retoma. Deverão estes ser substituídos por um Pacto de Emprego e Desenvolvimento Sustentável, baseado em critérios sociais, como o trabalho digno, e salvaguardando os direitos laborais.
- As instituições da UE, em particular o Banco Central Europeu (BCE), deverão agir rapidamente para evitar que surja uma nova crise financeira e de dívida soberana; o BCE deverá comprometer-se a actuar como instituição de crédito de último recurso para os Estados-Membros. É necessária a criação imediata de obrigações Covid-19. As obrigações do Pacto Ecológico da UE emitidas pelo BCE ou garantidas por um programa de aquisição do BCE deverão ser incondicionais e permitir aos Estados-Membros a recuperação rápida da crise desta pandemia e a transformação das suas economias sem deixar ninguém para trás. Estas obrigações deverão ser perpétuas e sem juros, tornando-se uma forma de criação permanente de verbas, compensando um choque económico extraordinário; Estas obrigações poderão também ser emitidas pelo futuro Fundo Europeu para a Recuperação Económica ou pelo Banco Europeu de Investimento, BEI, desde que sejam emitidas sem condicionalidades macroeconómicas ou outras, e que sejam imediatamente adquiridas pelo BCE.

- A dívida soberana relacionada com o Covid-19 deverá ser identificada e anulada, especialmente as partes referentes ao BCE, de modo a permitir um novo começo das nossas economias, ultrapassando os seus impactos económico e social.
- Precisamos de um Fundo Europeu de Recuperação Económica de pelo menos €1.5 triliões, financiado por meio de obrigações perpétuas com taxa de juro a zero, que deverão ser distribuídos em conformidade com as regras de coesão dentro dos Estados-Membros e utilizando os subsídios sem quaisquer condicionalidades macroeconómicas ou outras. Estas obrigações deverão ser adquiridas pelo BCE e ignoradas para fins da conformidade com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, até este ser revogado. Este plano de investimentos para o relançamento, a ser estipulado de acordo com a “abordagem da coesão”, deverá acompanhar a transformação radical das economias, pois é o que é necessário para dar resposta à crise ambiental e de biodiversidade, sem deixar ninguém ficar para trás.
- O BCE e a Comissão deverão propor uma revisão do seu mandato de forma a, por um lado, aumentar a capacidade dos bancos apoiarem as despesas públicas e, por outro, criar consistência com os novos instrumentos utilizados durante o surto do Covid-19, incluindo as obrigações incondicionais perpétuas.

É NECESSÁRIA UMA REGULAMENTAÇÃO RIGOROSA DOS MERCADOS FINANCEIROS, EVITANDO ATAQUES ESPECULATIVOS.

- É necessária uma regulamentação rigorosa dos mercados financeiros, evitando ataques especulativos. Vendas a descoberto, distribuição de dividendos, bónus e recompras são práticas que deverão ser proibidas a curto prazo e rigorosamente regulamentadas no longo prazo.
- A UE e os Estados-Membros terão de criar novos recursos para financiar a recuperação, que só será justa em termos sociais se for financiada com recursos fiscais progressivos e redistributivos. Há que aumentar a tributação que visa as grandes empresas e os mais ricos. Precisamos de aumentar as taxas de impostos sobre os rendimentos sobre Pessoas Colectivas, com taxas mais altas para as empresas mais rentáveis, e criar uma taxa de imposto sobre o património que vise os mais ricos, bem como um imposto sobre as Transacções Financeiras.
- A UE precisa de reforçar a sua luta contra o branqueamento de capitais e a evasão fiscal; de chegar urgentemente a um acordo quanto à implementação da transparência fiscal, com uma lista credível de paraísos fiscais que inclua países da UE; bem como uma taxa mínima de impostos sobre o rendimento das empresas.
- É necessário o fim imediato das sanções e bloqueios económicos que comprometem a saúde e o bem-estar das pessoas. Precisamos, isso sim, de solidariedade internacional, conforme demonstrada por alguns países de fora da UE. Essa solidariedade deverá ser reforçada em futuras crises, sendo ainda mais relevante para o Sul Global, de forma a poder dar resposta a perdas e prejuízos, a uma adaptação e ao financiamento climáticos.
- Uma exceção sanitária Europeia notificada à OMC deverá ser incluída em todos os acordos comerciais no que diz respeito ao acesso a patentes de aparelhos médicos e de medicamentos, tratando a área da saúde de forma diferente de outros produtos comerciais. Não deverá haver quaisquer restrições impostas sobre a possibilidade de os Estados intervirem no setor da saúde pública.
- A crise veio sublinhar a necessidade de restaurar a capacidade de produção em setores essenciais. Deixar que decisões fundamentais sejam tomadas por agentes do mercado globalizado, orientados pelo lucro, levou à deslocalização e à perda da soberania industrial democrática sobre a produção. O Pacto Ecológico Europeu deverá ser utilizado para desencadear um plano de investimento público coordenado e sustentável, de modo a desenvolver o setor de produção sustentável dos Estados-Membros. Há que relocalizar indústrias estratégicas. Um novo quadro para a política da concorrência, que inclua ajudas estatais, permitirá que exista um setor público robusto, impedindo a deslocalização e acordos comerciais que levam ao desaparecimento total de setores industriais nacionais da maior importância.

- É necessário reforçar drasticamente os esforços para deter o avanço do aquecimento global e a perda da biodiversidade e de habitats, dadas as suas ligações a esta crise sanitária, criando um plano de recuperação de grande escala com objetivos climáticos ambiciosos. Tal significa neutralidade de emissões de carbono antes de 2040 e uma rápida supressão gradual de combustíveis fósseis.
- A crise não poderá ser usada como uma desculpa para retardar o Pacto Ecológico. Deverá antes ser vista como um plano de relançamento que estipule objetivos climáticos com uma diminuição de 70% nas emissões de CO2 até 2030. Aquilo de que precisamos é de uma estratégia de adaptação da UE muito mais ambiciosa.
- As verbas públicas deverão ser utilizadas para reencaminhar as atividades das empresas no sentido de modelos mais sustentáveis, com condicionalidades sociais e ambientais claras em qualquer resgate.
- Um Plano de Contingência repensado e recentrado poderá não só proteger os beneficiários dos programas da UE, como também contribuir de forma eficaz para mitigar os impactos socio-económicos da crise do Covid-19.

HÁ QUE CANCELAR A AFETAÇÃO DE FUNDOS PARA A INDÚSTRIA DA DEFESA E PARA MISSÕES MILITARES.

- É necessário um novo e ambicioso Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, com mais financiamento para as políticas da coesão, do clima, da saúde e da solidariedade. Há que cancelar a afetação de fundos para a indústria da defesa e para missões militares. Em resposta à crise, é também necessário rever e aumentar o sistema de recursos próprios da UE.
- É necessário mais financiamento para os instrumentos da UE que visam o desenvolvimento e ajuda humanitária, de forma a auxiliar os países em vias de desenvolvimento a reforçarem os seus sistemas de saúde.
- Reformar a PAC para garantir que a agricultura Europeia se encaminhe no sentido de um modelo de produção e consumo sustentáveis, com rendimentos decentes e proteção para os pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, um modelo que seja amigo do ambiente e respeitador do bem-estar animal. O Covid-19 é uma doença zoonótica, tal como o são 75% de todas as doenças infecciosas emergentes. Para prevenir futuros surtos, a UE tem de proibir a importação e o comércio internacional de vida selvagem e afastar-se do modelo da pecuária intensiva.
- O Covid-19 teve um grande impacto nas pescas de pequena escala, setor que tem um acesso muito limitado aos fundos da UE. O Fundo Europeu das Pescas deverá ser profundamente revisto de modo a garantir um apoio adequado.



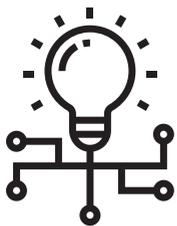


DEFENDER A DEMOCRACIA, OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ESTADO DE DIREITO

A necessidade de uma direção clara nesta crise está longe de ser um apelo ao autoritarismo. A necessidade de cooperação e de solidariedade é essencial para ultrapassar esta crise. As pessoas têm direito à proteção dos seus direitos fundamentais em todo e qualquer momento, sobretudo numa emergência.

MEDIDAS CHAVE:

- Ninguém ficará para trás: deverá haver acesso gratuito a serviços de saúde pública de alta qualidade, preventivos e curativos, numa base equitativa e não-discriminatória, independentemente do estatuto social e de migração.
- É necessário defender o respeito pelo estado de direito, pela democracia e pelos direitos fundamentais, incluindo as liberdades dos meios de comunicação social. A tentativa por parte de forças autoritárias de explorar esta emergência para destruir a democracia, as liberdades civis e o estado de direito deverão ser combatidas de forma imediata e categórica. As medidas tomadas pelos Estados-Membros deverão ser proporcionadas, temporárias e sujeitas a escrutínio parlamentar. Tais medidas não deverão ser usadas para esconder uma ação repressiva sob pretexto da proteção de saúde. Neste contexto, assistimos a tendências preocupantes em vários países e a desenvolvimentos inaceitáveis na Polónia e na Hungria.
- A UE deverá condenar a discriminação, a culpabilização e o discurso de incitação ao ódio contra imigrantes, refugiados e minorias, centrando-se em particular na situação do povo Roma, que tem sido visado por autoridades locais e regionais e expulso das suas comunidades em vários países.
- O direito ao asilo tem de ser garantido. A UE e os seus Estados-Membros deverão suspender as deportações e libertar as pessoas que estejam detidas. As autorizações de residência deverão ser automaticamente prolongadas e os migrantes sem documentos deverão receber autorizações temporárias de residência. Há que evacuar imediatamente os campos das ilhas gregas, transferindo as pessoas para alojamentos seguros e decentes, realocizando e garantindo a reunificação familiar de requerentes de asilo em outros Estados-Membros.
- Pessoas em situação de perigo no mar deverão ser assistidas. Os Estados-Membros deverão resgatar imediatamente quaisquer embarcações em situação de perigo no mar, em conformidade com o Direito Marítimo Internacional, e disponibilizar um local de desembarque num porto da UE para as pessoas resgatadas no mar, inclusive as resgatadas por barcos civis e embarcações mercantes.
- As medidas tomadas nas fronteiras externas e internas deverão ser as estritamente necessárias, proporcionadas e baseadas no Código das Fronteiras Schengen, na Directiva de Livre Circulação e na Carta dos Direitos Fundamentais. Os Estados-Membros deverão permitir a entrada no espaço Schengen a pessoas que necessitem de proteção internacional, conforme estipulado pela legislação da UE. Instamos a Comissão a que monitorize a legalidade de todas as medidas e que se certifique da sua avaliação ex-post. Temos de retornar a um espaço Schengen plenamente funcional e ao completo respeito do direito da livre circulação o mais rapidamente possível.
- A Comissão deverá monitorizar as medidas de vigilância adotadas pelos Estados-Membros, como a recolha de dados de localização ou o desenvolvimento de aplicações de smartphone para rastreio dos movimentos da população, uma vez que poderá ter um impacto prejudicial na privacidade da população e na sua proteção de dados. Estas medidas deverão ser avaliadas em consulta com o Supervisor Europeu de Protecção de Dados e deverão ser legais, eficazes, proporcionadas, transparentes e temporárias; iniciativas de emergência não poderão de modo algum levar a uma vigilância em massa após a crise.
- Os Estados-Membros deverão também proteger a saúde das pessoas que se encontrem em centros de detenção e prisões, garantindo ainda o seu direito a comunicar com as suas famílias e advogados. Dado que a situação é particularmente dramática devido à sobrepopulação prisional, os Estados-Membros deverão permitir a libertação antecipada de algumas categorias de detidos, sobretudo os mais idosos e pessoas com problemas graves de saúde, aplicando medidas não privativas de liberdade



REINVENTAR...

Depois desta pandemia, o mundo poderá e deverá ser radicalmente diferente daquilo que era antes.

O Covid-19 destacou uma verdade que já conhecíamos antes da actual crise sanitária: o sistema capitalista não funciona. O dogma neo-liberal, a catástrofe climática, a destruição dos serviços públicos, os ataques aos direitos dos trabalhadores – todos foram expostos como sendo emblemáticos da disfunção.

Contudo, foi também revelado aquilo que é possível. Esta pandemia é uma oportunidade notável para conceber o nosso sistema tal como ele deve ser, se construído segundo uma outra lógica: a de uma sociedade que coloque a saúde, as pessoas e o planeta em primeiro lugar, em vez do lucro.

À medida que a solidariedade se torna cada vez mais vital, as pessoas começam a ver que a liderança do passado e as suas doutrinas fracassadas não nos ajudaram a trabalhar no sentido do futuro que precisamos.

Esse futuro é um planeta saudável, com igualdade e justiça ecológica. E não podemos esperar – o trabalho coletivo tem de começar agora.

É por isso que afirmamos a necessidade de uma outra Europa. Uma Europa que proteja os direitos, que apresente progresso sustentável e que dê valor à democracia. Uma Europa que defenda a igualdade, a equidade e uma cooperação pacífica em todo o mundo.

Uma Europa da solidariedade.

DEPOIS DESTA PANDEMIA, O MUNDO PODERÁ E DEVERÁ SER RADICALMENTE DIFERENTE DAQUILO QUE ERA ANTES.

A Esquerda no Parlamento Europeu

O nosso grupo está formado por Eurodeputados comprometidos com a defesa dos trabalhadores assim como a defesa do meio ambiente, do feminismo, da paz, da democracia e dos direitos humanos.

UMA OUTRA EUROPA É POSSÍVEL!



European United Left • Nordic Green Left
EUROPEAN PARLIAMENTARY GROUP

www.guengl.eu

Segue GUE/NGL em:

